

aprova-lo, vem uma emenda que, sem dúvida, irá retardar a votação e, possivelmente, a aprovação de tão importante projeto.

A Comissão de Constituição e Justiça julgou constitucional o nosso projeto. A Comissão de Serviço Público deu-lhe parecer favorável, sendo relator o Deputado Afonso Celso. Todos sabem que a atuação de S. Exa. nesta Casa não se firma no propósito de agradar este ou aquele grupo, nem se serve da clientela eleitoral que funciona no serviço público. O nobre Deputado Afonso Celso, parlamentar sereno e equilibrado, meditou bem antes de elaborar seu parecer.

O nobre Deputado Nelson Carneiro falou aqui a respeito da campanha que vai sofrer em virtude de sua oposição.

O Sr. Nelson Carneiro — Já sofri.

O SR. BENJAMIN FARAH — Esteja certo V. Exa. de que a campanha que o funcionalismo está fazendo é a favor do projeto e não contra V. Exa. ou qualquer outra pessoa. Os servidores públicos querem essa proposição porque é justa e humana, atende aos seus anseios e necessidades.

Mas vamos esperar que a Casa examine essa emenda e, num prazo curto, possa liberar o projeto, elaborado com os melhores propósitos de atender, não somente aos funcionários, mas também à máquina administrativa, porque, se o funcionário tiver amparo, assistência, poderá prestar, com mais eficiência, melhor colaboração ao serviço para o qual se destina. (*Muito bem; muito bem*).

O SR. AURÉLIO VIANNA * — Sr. Presidente, nobres Deputados, não sei qual foi o último projeto votado em 1937, antes de 10 de novembro. Não sei também se aquele tempo havia tanta agitação, tanta inquietação como nos dias que correm. Os sobressaltos vêm sendo a constante dos anos pós-guerra. Diversas datas ficaram fatídicas no

calendário histórico-político do Brasil: 24 de agosto, 25 de agosto, 10 de novembro e 11 de novembro. O mês de agosto é fatídico; 24 de agosto, 25 de agosto. Duas datas fatídicas num mês fatídico. O mês de novembro é fatídico também: 10 de novembro, 11 de novembro. Qual será a outra data fatídica, qual o outro mês fatídico para a democracia brasileira?

Enquanto isso grupos políticos se arregimentam para encontrar a fórmula salvadora.

A parlamentar? presidencial, com novas eleições para preenchimento da vaga que deixou o ex-Presidente da República, Sr. Jânio da Silva Quadros?

Afinal de contas surgiram algumas fórmulas salvadoras não postas em prática até agora. Nenhuma delas serviu. Já se cochicha, já se comenta é o *jus murmurandi*, que já se fez uma alquímia, descobrindo-se o x de um problema muito grave, muito sério: um Governo de coalisão nacional?

Não importa à Nação — dizem os corifeus da fórmula — um governo à base do respeito à Constituição, continuamente desrespeitada, ferida, estrangulada. Também não se fala disto. Um Governo comprometido com a civilização oriental ou com a civilização cristã, ocidental? Um Governo pró Estados Unidos, contra a União Soviética? que fórmula é a que vai ser apresentada à Câmara dos Srs. Deputados, nestes dias tumultuosos, nesta época difícil, quando ninguém sabe para onde vai? Mas uma época eufórica. Estamos ouvindo as gargalhadas dentro da Câmara, a euforia do brasileiro. Vi, lá em baixo, um carro que já tinha o nome de um candidato à reeleição. Veio de São Paulo. Uma *pick-up* bonita, linda. Vi lá na Ford o nome do candidato, que é deputado, à sua reeleição. De um lado, uma pintura muito bonita, do outro lado também, as costas também, todos os lados. Agora encontrei, a *pick-*

* Não foi revisto pelo orador.

-up com o nome do deputado coberto. De crepe? Ainda não. Ninguém sabe o que está por baixo daquele pano. Numa roda comentávamos: Será que vamos fazer propaganda eleitoral? Por quê? Com o consentimento de quem? De que entidade? A nossa democracia é uma plantinha tenra, dizia Otávio Mangabeira, precisa ser adubada, aguada, o adubo deve ser de primeira qualidade. Pois não está sendo aguada nem adubada e é cada vez mais frágil, cada vez mais tenra.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, já há Presidentes que vetam e que não foram eleitos. Há vetos à posse de candidatos, há vetos ao funcionamento do Congresso. Daqui a algum tempo, o candidato, antes de ir à Justiça Eleitoral, deve procurar saber se, eleito, poderá tomar posse, seja ele Deputado, Senador, Vereador, Prefeito, Governador, Presidente da República. E viva a democracia, e morra o totalitarismo! Mas, que democracia se deve viver? Noutra época diria Rui Barbosa, o da Bahia, o de Haia: e a Nação, de côcoras, assistiria ao drama de sua autodestruição no campo da democracia. E alguém disse e confirmo: não adianta falar, a época é de ação. A ação do parlamentar é esta, sua arma é a palavra e, diria, a Constituição. A ação é esta: clamar, proclamar as virtudes da democracia, embora ferida, que, muitas vezes, aparentemente desaparece, mas ressurge, como a Phenix lendária das suas próprias cinzas. Não tenho dúvidas quanto a isso. Apenas lamentaria, e este apenas tem uma amplitude extraordinária, que os meus filhos sofressem o que eu sofri bem jovem ainda. Naquele tempo era uma ditadura paternalista, mas era uma ditadura. Qual será a nova ditadura que se preconiza para o Brasil? Ditadura é silêncio. Louvores, se há, é para o enaltecimento dos carismáticos, dos chefes, dos senhores das vontades que muitas vezes querem ser senhores das almas. As lavas de um Vesú-

vio diferente poderão destruir uma outra Pompéia. Não há um Café Filho nesta Casa, atroando os ares do Brasil com aquele grito, que diziam fatídico: "Lembrai-vos de 37!"

O Sr. Djalma Marinho — Mas há um prenúncio de malôgro político na história do nosso regime.

O SR. AURÉLIO VIANNA — V. Exa. diz muito bem. Há um prenúncio de malôgro político na história atribuída deste País jovem, deste País novo. A fórmula mágica não surgiu ainda. Só uma resolveria, neste momento de crise; a do respeito à vontade do povo brasileiro, à Constituição da República. Poderiam até surgir conflitos, lutas. De um lado, defensores da Constituição e da vontade do povo brasileiro; de outro, os inimigos da lei, da ordem constitucional, da legalidade democrática, da vontade do povo. E essa luta poderia ser profícua, porque, nas lutas, caldeiam-se, sublimam-se os homens e passam suas ideologias.

Luta-se no mundo inteiro, nas Américas, na Europa, na África. Até os nossos irmãos de cor das nações jovens da África estão lutando pelo princípio de sua determinação própria. Apontam para nós o caminho da redenção. E nós não os ouvimos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, como inquietam estas palavras que caem em certos corações mais inquietos ainda! Não temos vontade de morrer, mas estamos morrendo; não temos vontade de adoecer, mas estamos adoecendo; não temos vontade de resistir, e não sei se estamos resistindo. Ai está o busilis. Enquanto isto, nesta democracia que deu o mais que poderia dar aos soldados brasileiros, que deu leis das mais perfeitas ao operariado, que procurou tratar bem o funcionalismo e que lutou desesperadamente para sobreviver, desenvolvendo-se, esta democracia está ameaçada de morte.

O meu professor de Direito Civil, escolhido unanimemente pela minha turma, para seu patrono, escreveu uma espécie de morte, que foi o motivo do nosso discurso naquela data da nossa formatura: "A mais inglória das mortes é a morte da liberdade". Professor Inácio Gracindo, irmão do grande tribuno Demócrito Gracindo. E em torno desse tema, surgiram os pensamentos mais interessantes e mais nobres, tendo como centro a liberdade, que deveria ser defendida principalmente pela juventude brasileira. "Que é a liberdade? Como a conceituamos? Por que defendê-la? Por que amá-la? Por que cultuá-la, por que enaltecê-la? Talvez por não sabermos o que é, não se luta em sua defesa até a morte. Enquanto não vem o dia trágico, aquele em que a Câmara poderá continuar funcionando como se estivesse fechada, sem qualquer autoridade — as suas portas poderão achar-se abertas que ela estará fechada — enquanto não chega esse dia, vamos discutindo projetos como este que estabelece: "É considerado como de efetivo exercício o período em que o funcionário público esteve afastado para tratamento de saúde".

Cercada de perigos, ilhada, ainda assim, como que se restaurando a si mesma, a Câmara discute projetos que vêm beneficiar determinadas classes de brasileiros. Isso é lógico, mas tragicamente belo.

O Sr. Benjamin Farah — Ainda assim a Câmara está cumprindo seu dever.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Se chegassem alguns cidadãos brasileiros armados de fuzis, metralhadoras, estaríamos aqui discutindo projeto interessante.

O Sr. Benjamin Farah — V. Exa. está muito pessimista.

O SR. AURÉLIO VIANNA — E V. Exa. o está mais do que eu: apenas eu o digo e V. Exa. não.

O Sr. Benjamin Farah — Se eu estivesse pessimista, não me encontraria aqui defendendo meu projeto.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Ora, Deputado, não sou pessimista nem Cassandra. Já o disse mais de uma vez. Sou um homem realista. Poderia dizer como o Deputado Djalma Marinho: um ganso do Capitólio, sendo que ele conseguiu alertar os sentinelas de Roma e salvá-la da destruição, mas, no caso vertente, cada qual é que salva a si mesmo, e assim todos poderão salvar-se.

Ora, o que não sou é cego. Então, V. Exa. não sabe que se propala, que se diz que as reuniões se processam, porque houve uma intimação, uma decisão de não se dar posse ao Sr. Goulart. Se não sabe, ouça. E ainda se vem falar nesta Casa, sobre pessimismo! A realidade dura, tremenda, terrível é que estamos num deserto, distante da civilização, distante dos grandes centros urbanos, distante das massas, que se poderiam organizar, em dado momento, para reagir.

O que acontece é que não capitulei e com V. Exa. acontece o mesmo.

O Sr. Benjamin Farah — Deputado, eu estou nesta Casa há muitos anos. Quatro legislaturas. Mas confesso a V. Exa. que nunca senti tanto orgulho de fazer parte deste Parlamento como agora.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Acredito. E eu também.

O Sr. Benjamin Farah — E V. Exa. permita que eu declare um dos motivos deste meu orgulho. Porque, nesta hora em que se trama contra as instituições. V. Exa. se encontra nessa tribuna, como uma sentinela avançada da democracia, alertando a Casa e a Nação contra aqueles brasileiros que não acreditam no império da lei. Mas quando os homens se colocam acima da lei, o povo também não sabe como se comportar.

Eu não acredito que os chefes militares destas Forças Armadas que têm uma vocação democrática, não acredito que os chefes militares responsáveis pela manutenção da ordem e da lei queiram levar a Nação a consequências imprevisíveis. Eu tenho para mim, Sr. Deputado, que eles vão respeitar a Constituição. E se por acaso eles quiserem atear fogo neste País, serão responsáveis pela eliminação dessa fogueira, porque também, se não acontecer isto, eles poderão sucumbir com a própria fogueira. Sr. Deputado, estou orgulhoso de ver este Parlamento aberto e companheiros, como V. Exa., que acreditam na democracia e confiam, como eu, na bravura e na vocação democrática das nossas Forças Armadas.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, ontem à noite, hoje pela manhã, de madrugada, os aviões eram revistados. Soldados procuravam o Vice-Presidente, indo até mesmo àquelas partes reservadas dos aviões. Senadores e Deputados assistiam à busca do Sr. Vice-Presidente. A mim não me interessa particularmente a pessoa do Vice-Presidente, o seu nome, que poderia ser qualquer. A mim me interessa que esse homem foi eleito, todos sabiam, militares e civis, para exercer a Presidência do Senado e substituir o Presidente da República nos seus impedimentos.

Ontem, esta Casa aplaudiu o ato de posse do Presidente desta Casa, substituto eventual do Presidente João Goulart. Aplaudiu, porque verificou que a Constituição não estaria arranhada, que os trâmites legais estavam sendo obedecidos.

Em 37, foi assim. Em agosto, foi assim. A nossa história está pontilhada de certos fatos que nos alertam. Reconheço que muitos homens que fazem a história através das suas atitudes e dos seus atos, que agem com patriotismo, até mesmo com patriotismo, er-

ram. Erram com patriotismo, mas a prática do erro não justifica o seu patriotismo.

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quem saiu da casa no regime da liberdade, certo de que voltaria no mesmo regime? Ninguém. As fórmulas salvadoras que tenham como símbolo a palavra *recapitulação* não salvam coisa alguma.

Noto que um colega não está satisfeito, por eu abordar este assunto tão árduo e tão tempestuoso, com imagens tão sombrias. Que me desculpe. Terei grande alegria se ele sobreviver ao regime, mas terei a decepção dele se o regime naufragar, e muito poucos acreditam, nesta Casa, na sua sobrevivência.

O Sr. *Último de Carvalho* — Pretendia apartear-lo, mas V. Exa. não me tem permitido.

O SR. AURÉLIO VIANNA — De V. Exa. o aparte: estou ansioso por ser apartado. V. Exa. não pediu, fez um gesto, que não entendi, porque hoje não entendo gestos.

Este projeto é de autoria do Deputado Benjamin Farah, o funcionário afastado para tratamento de saúde tem as suas faltas abonadas para efeito de aposentadoria, porque é considerado como de efetivo exercício aquele período em que o funcionário estiver afastado para tratamento de saúde.

O Deputado Tarso Dutra, da Comissão de Constituição e Justiça, declara que "o estatuto vigente exclui, em seu Art. 79, essa causa funcional como abonadora do afastamento, repercutindo, assim, prejudicialmente na antiguidade do servidor.

Não parece justo, desde logo, que o tratamento de saúde, ao qual o agente administrativo deve recorrer por motivo independente da sua vontade, constitua fator de interrupção da efetividade funcional, malgrado certos abusos que na prática muitas vezes ocorrem com as licenças para esse fim.

Ora, se um funcionário doente não o está mas assim é considera-

do através de atestados médicos graciosos, que culpa tem a coletividade, que culpa tem aqueles outros funcionários, que por motivos estranhos à sua vontade, por motivos de saúde comprovados não podem permanecer no trabalho? Que culpa tem para merecer castigo dessa natureza? Dai, vemos muitas vezes funcionários, para não perder aqueles dias que seriam contados para efeito de aposentadoria, doentes, às vezes de doença infecto-contagiosa irem ao trabalho de qualquer modo...

O Sr. Benjamin Farah — Esse, o perigo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — ...prejudicando seus companheiros, contaminando-os, prejudicando-se até a si mesmo, porque trabalhando sem a capacidade necessária para o exercício das funções.

Este projeto não atenta contra a nação nem atenta contra a boa moral; não atenta contra a vida, não atenta contra o funcionário. Pelo contrário, desenvolve interesse maior pelo serviço. É um projeto humano, justo, equânime, equilibrado. É um projeto que não pode deixar, que não deve deixar de merecer a atenção da Câmara, dos representantes do povo do Brasil, Câmara que erra muitas vezes, mas sem a qual o povo não tem liberdade. Poderá ser aperfeiçoada se continuar. Não o será se for destruída, se for aniquilada totalmente.

O Sr. Benjamin Farah — Entre os argumentos que apresentou o nobre Deputado Nelson Carneiro, talvez o mais forte seja o do atestado gracioso que não é regra, mas exceção. V. Exa. está abordando assunto com profundidade, com experiência e espírito de justiça. Congratulo-me com a Casa pela sua defesa e sobremodo com o funcionalismo. É para defender projetos dessa natureza que a Câmara existe. Projetos humanos, longe de prejudicar o serviço público, dão mais confiança e tranquilidade ao funcionário, que numa hora de incertezas sabe será amparado pelo

Estado. Se o Parlamento funcionar nesse sentido, terá a simpatia da maioria de nosso povo.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Nobre Deputado, o atestado gracioso tornou-se uma espécie de instituição no Brasil, mas, em verdade, posso afirmar, muitos desses atestados são em sentido contrário. Conheci inúmeros operários que morreram nos teares, atacados de graves enfermidades, depois de terem recebido atestado do médico da instituição da previdência social de que estavam aptos para o trabalho. Conheço inúmeros casos de operários doentes, enfermos, apelando para médicos particulares, recebendo atestado de que não poderão continuar no trabalho, voltando ao Instituto, e o médico confirmando o seu atestado anterior, isto é, aptos para trabalhar. Houve uma reação tremenda dos operários — e a Democracia é bela e boa por isto. As classes podem protestar, podem mobilizar-se, podem trabalhar, podem reivindicar. E houve modificações neste setor que conheço como a palma da minha mão. Houve uma fiscalização sobre os médicos do Instituto pelo próprio Instituto e, então os atestados passaram a ser verazes, seguros, e acabou o abuso.

O Sr. Dager Serra — Nobre Deputado, as razões apresentadas pelo ilustre colega Nelson Carneiro, no combate a esta proposição que beneficia os funcionários licenciados para tratamento de saúde, são no meu fraco modo de entender, falhas. Alegou S. Exa. que essa medida viria acarretar despesas para os cofres públicos. Tal não acontece porque a legislação vigente já assegura a percepção integral do vencimento na licença para tratamento de saúde. Quanto ao caso dos atestados graciosos, o Estatuto dos Funcionários Públicos, num de seus artigos assegura ao Chefe da repartição, no caso de dúvida de que a licença tenha sido concedida através de atestado gracioso, o direito de submeter o fun-

cionário licenciado a uma junta médica para comprovação da veracidade de seu estado de saúde. Nesta altura faço veemente apêlo ao Deputado Nelson Carneiro no sentido de que retire sua emenda para que o projeto de 1957, possa ter o andamento necessário. Estou inteiramente de acordo com as considerações que V. Exa. vem fazendo a respeito.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço a V. Exa. o aparte, mas quero dizer, inclusive, que o nobre Deputado Nelson Carneiro, com aquela elegância que é uma das características de sua formosa personalidade, não é propriamente contra o projeto. Alegou Sua Excelência que, aprovada a proposição se criaria desestímulo àqueles outros funcionários que habitualmente e honestamente cumprem o seu dever.

A verdade porém, é esta. Com um serviço médico bem organizado — e todos devem ser assim — esse projeto teria estímulo.

Um homem em condições de trabalhar jamais deixaria de fazê-lo através de atestados graciosos, porque todos nós conhecemos — e o Deputado Nelson Carneiro também — inúmeros funcionários que, perdendo dias perdem anos de aposentadoria, ficam apáticos, insubmissos, psicologicamente traumatizados, desestimulados; consideram-se vítimas de uma injustiça. O projeto retificaria isto. Perdem até a licença-prêmio.

O Sr. Xavier Fernandes — Querria, apenas, chamar a atenção de V. Exa. para a afirmativa que acaba de fazer, de que um operário, depois de examinado, retornou ao serviço com atestado de perfeita saúde, quando portador de uma lesão pulmonar, ou melhor dizendo, de tuberculose. É muito estranho que isto tenha acontecido, porquanto um diagnóstico de tuberculose, tão fácil hoje é, com a sintomatologia apresentada pela enfermidade, dispensa até os exames complementares de laboratório e raios X. Por isso, estranho que

V. Exa. tenha feito esta assertiva, que conheça casos desta natureza. E' até de se perguntar: será que o atestado foi mesmo de um médico?

O SR. AURÉLIO VIANNA — O que V. Exa. não entendeu foram as minhas palavras. Declarei que não conseguiram esses operários o atestado médico de que estariam capacitados para o exercício do seu trabalho. Eles não foram afastados do trabalho, não se lhes permitiu que se afastassem. O atestado dizia que estavam em condições de trabalhar.

O Sr. Xavier Fernandes — Mesmo portadores de lesão?

O SR. AURÉLIO VIANNA — Mesmo portadores da doença.

O Sr. Xavier Fernandes — Dai palrar a dúvida.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Cito até uma das fábricas onde isso acontece, por diversas vezes, a Fábrica de Fernão Velho.

O Sr. Xavier Fernandes — É profundamente lamentável.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Por isso estou citando o fato. Desumanidade, escândalo. Determinados indivíduos que não deveriam ter posto jamais anel de médico no dedo.

O Sr. Xavier Fernandes — Cabe aos servidores requererem junta médica.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Isso para justificar o princípio de que deveria o Instituto fazer economia, pois não estava em condições de gastar, já que os cofres da autarquia se achavam esgotados. Como, então, salvar o Instituto? Rejeitando o atestado liberatório.

Operários, às vezes operárias grávidas, em estado adiantado de gravidez, doentinhas, coitadas, trabalham para sustentar os filhos, morrendo aos poucos, desaparecendo aos poucos, destruindo-se aos poucos, por não terem conseguido um atestado que lhes desse o direito de se recolherem ao lar para estender o tempo, à espera da morte.

ou, então, de uma cura miraculosa V. Exa. tem razão na sua indignação, na sua revolta. Tivemos a experiência direta, vivendo o drama dos outros, o que não é a mesma coisa que viver o seu próprio drama, mas encarando aquela realidade, no meu Estado. E estas minhas palavras nem chegam lá!

O Sr. Benjamin Farah — No Estado da Guanabara isso é muito comum.

O SR. AURÉLIO VIANNA — No meu Estado vemos muito disso. Agora tem melhorado, porque o operário está tomando consciência de sua própria força. Mas o Deputado Benjamim Farah diz que no Estado da Guanabara isto é frequente.

O Sr. Xavier Fernandes — Agora compreendo muito bem a maneira como V. Exa. expôs o caso. Não tinha entendido antes. Devo dizer que conheço de perto estes problemas. Quero dar meu depoimento. Fui Presidente do Conselho Fiscal do IAPI durante alguns anos, e recebia, constantemente, reclamação de todos os recantos do Brasil, relativas ao serviço de atendimento médico, principalmente para efeito de tratamento, de aposentadoria, de pensões, etc.

Quero congratular-me com Vossa Excelência, que está realmente expondo a coisa como na realidade é, ou melhor dizendo, era.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Tem melhorado muito.

O Sr. Xavier Fernandes — Agora, depois da Lei Orgânica da Previdência Social, com este novo critério de dirigir as autarquias, tem havido grande melhora. Sendo hoje o Instituto dirigido pelos próprios contribuintes, tanto empregados como empregadores. Tem, de fato, havido muito mais empenho, interesse, zelo e cuidado com os associados. Congratulo-me com Vossa Excelência.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Agradeço a V. Exa. Sabia que não me dissera entender bem. Sei que V. Exa. conhece o problema por-

que é, sem favor algum, um dos médicos mais humanitários que conheço.

O Sr. Xavier Fernandes — Muito obrigado a V. Exa.

O SR. PRESIDENTE — (Sérgio Magalhães, 1.º Vice) — Atenção! O orador dispõe de apenas 5 minutos.

O Sr. Padre Vidigal — V. Exa. está dizendo grande verdade, nobre Deputado Aurélio Vianna. Os Institutos arrecadam no interior do Estado de Minas e raras são as agências que prestam benefícios a seus contribuintes. Posso dar a V. Exa. meu testemunho insuspeito, porque vou denunciar caso que se registrou no tempo do Presidente Juscelino Kubitschek. Em Coronel Fabriciano, um dos maiores redutos, uma das maiores concentrações do interior de Minas, a meu pedido, foi criada agência do IAPTC. Quando fiz o pedido, foi para levar a assistência do Instituto aos associados. No dia da instalação da agência o delegado de Minas Gerais, ali presente, nosso correligionário do PSD, assumiu com o povo o compromisso de mandar, em quinze dias, instalar o serviço de assistência médica. Reclamei essa providência várias vezes, ao Sr. Arlindo Maciel. A agência de Coronel Fabriciano rende para o Instituto milhões de cruzeiros por mês, e até hoje, dezoito meses depois de instalada, nenhuma assistência médica é prestada àquele colégio de contribuintes sempre onerados, sempre esquecidos na hora de receber o benefício.

O SR. AURÉLIO VIANNA — Senhor Presidente e Srs. Deputados, eis a face de uma verdadeira Câmara de representantes do povo. Eis a beleza da democracia, de uma Câmara, quando se interessa pelos problemas fundamentais do povo. Nunca destruí-la, mas aperfeiçoá-la pela sua renovação constante, pela substituição de seus valores, pela continuidade, pelo efetivo exercício de um trabalho em benefício do povo.

156.^a SESSÃO, EM 26 DE AGOSTO DE 1961

635

Sr. Presidente e Srs. Deputados, votarei, e bem assim a bancada, embora pequena, do nosso Partido, a favor deste projeto, como um dos passos dados ao encontro das aspirações do nosso funcionalismo público federal. Que estas sessões se reproduzam, que escapemos da espada de Dâmoçles, que continuemos vivendo, porque continuando a viver, permanece viva a razão de ser da nossa existência de homem público, que é a Democracia; o Governo do povo, o Governo pelo povo, o Governo para o povo. Quando uma Câmara se conduz assim, é indestrutível o regime. Ela resiste a todas as procelas. Que entendam lá fora os homens que também um dia sofrerão as mesmas consequências se porventura se destruírem, destruindo o regime, destruindo o sistema democrático. (*Muito bem; muito bem. Palmas*).

O SR. PRESIDENTE — Já há número para as votações.

Comparecem mais os Srs.:

Clélio Lemos.
José Bonifácio.
Breno da Silveira.
Wilson Calmon.

Amazonas:

Pereira da Silva — PSD.

Pará:

Armando Carneiro — PSD.
Ferro Costa — UDN.
Océlio de Medeiros — PSD.
Sílvio Braga — PSP.

Maranhão:

Antônio Dino — PSD.
Clodomir Millet — PSP.
Cid Carvalho — PSD.
Eurico Ribeiro — PSD.
José Sarney — UDN.
Lister Caldas — PSD.
Neiva Moreira — PSP.
Renato Archer — PSD.

Piauí:

Clidenor Freitas — PTB.
Dyrno Pires — PSD.
Heitor Cavalcanti — UDN.
Laurentino Pereira — PSD.
Milton Brandão — PSD.

Ceará:

Alvaro Lins — PSP.
Carlos Jereissatti — PTB.
Coelho Mascarenhas — PSD.
Esmerino Arruda — PSP.
Euclides Wicar Pessoa — PSD.
Furtado Leite — UDN.
Leão Sampaio — UDN.
Martins Rodrigues — PSD.
Moreira da Rocha — PR.
Oziris Pontes — PTB.

Paraíba:

Ernâni Sátiro — UDN.
Jacob Frantz — PTB.
Jandui Carneiro — PSD.
José Joffily — PSD.
Luiz Bronzeado — UDN.
Plínio Lemos — PL.
Raul de Góes — PSP.

Pernambuco:

Adelmar Carvalho — PSD.
Aderbal Jurema — PSD.
Alde Sampaio — UDN.
Andrade Lima Filho — PSD.
Armando Monteiro — PSD.
Arruda Câmara — PDC.
Barbosa Lima Sobrinho — PSB.
Bezerra Leite — PTB.
Geraldo Guedes — PL.
Gilenio de Carli — PSD.
Josué de Castro — PTB.
José Lopes — PTB.
Nilo Coelho — PSD.
Osvaldo Lima Filho — PTB.
Souto Maior — PTB.

Alagoas:

Abrahão Moura — PSD.
José Maria — PTN.
Medeiros Neto — PSD.

Sergipe:

Armando Rollemberg — PR.
Arnaldo Garcez — PSD.
Lourival Batista — UDN.
Passos Porto — UDN.
Seixas Dória — UDN.